

O lugar das teorias: institucionalismo econômico e economia neoclássica na perspectiva do Realismo Crítico

Hélio Afonso de Aguiar Filho*

Resumo

O renovado debate sobre o papel das instituições em economia fez renascer a discussão sobre o que é institucionalismo e quem são os institucionalistas. A Nova Economia Institucional (NEI), por exemplo, às vezes é apresentada como um caso particular da teoria econômica neoclássica, outras como uma teoria independente e mais geral, ao ter firmado seu núcleo duro e restringido a aplicabilidade do instrumental neoclássico. O tratamento mais analítico das instituições por parte da NEI seria também um elemento distintivo em relação à contribuição do Institucionalismo Econômico Original (IEO). Conforme se sustenta aqui, os critérios metodológicos convencionais baseados em princípios como núcleo duro, generalidade e abrangência são insuficientes para distinguir a contribuição destas escolas. O que une o neoclassicismo e a NEI em relação ao IEO é o fato dos dois primeiros compartilharem dos mesmos princípios ontológicos que caracterizam o projeto *mainstream*, a saber, o atomismo e o reducionismo; no caso do IEO, sua ontologia é mais próxima da ideia de sistemas abertos e fenômenos emergentes, propriedades também compartilhadas por outras escolas heterodoxas.

Palavras-Chave: Nova Economia Institucional. Institucionalismo Original. Teoria Neoclássica. Realismo Crítico. Núcleo Duro.

Abstract

The renewed debate on the role of institutions in economics has revived the discussion about what institutionalism is and who the institutionalists are. New institutional economics (NIE), for example, is sometimes presented as a particular case of neoclassical economic theory, or alternatively as an independent and more general theory, having established its core and restricted the applicability of neoclassical instruments. The analytical treatment of institutions by the NIE is one of its important distinctive features which separates it from original institutionalism economics (OIE). As supported here, conventional methodological criteria based on principles such as generality and comprehensiveness are insufficient to distinguish between the contributions of these schools. What unites neoclassicism and NIE in relation to OIE is the fact that the first two share the same ontological principles that characterize the mainstream project, namely atomism and reductionism; in the case of the OIE, its ontology is closer to the idea of open systems and emerging phenomena, properties also shared by other heterodox schools.

Key word: New Institutional Economy. Original Institutionalism. Neoclassical Theory. Critical Realism. Hard Core.

* Doutor em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal Rio Grande do Sul (UFRGS) e Professor adjunto do Departamento de Economia da UFRGS. Email: haaf@ufrgs.br

1. Introdução

Com o renascimento do interesse pelas questões institucionais em economia, um amplo debate tem sido levantando quanto à questão da identidade das várias correntes institucionalistas. Os institucionalistas originais (IEO) são mais comumente associados à tradição heterodoxa, enquanto o novo institucionalismo (NEI) ao *mainstream*, como atestam Williamson (2008) e North (1992).

Para se entender melhor a relação entre as escolas de pensamento institucionalista, uma questão que se coloca é saber, de fato, no que se constitui o *mainstream* econômico e qual sua relação com a teoria neoclássica. Se há algum tempo a teoria neoclássica e o *mainstream* se confundiam, hoje, entretanto, a abrangência do *mainstream* é tamanha, que segundo os seus críticos, ele teria sido descaracterizado pela própria pretensão de abarcar o mundo. Os próprios economistas considerados como *mainstream* pelos heterodoxos negam que seus trabalhos estejam sendo desenvolvidos com base em um núcleo duro de princípios neoclássicos, tais como racionalidade, otimização e equilíbrio. O que existe, de acordo com estes, é o propósito comum de produzir ferramentas relevantes e suas condições de testes para a compreensão dos fatos econômicos. Uma objeção constantemente levantada contra esse posicionamento é que nenhuma escola ou teoria pode basear seus limites em princípios tão amplos, nem incluir tão abrangente e dispare conjunto de autores. Isto pelo risco de se aceitar contribuições que contrariam os fundamentos da teoria e também porque a pretensão de explicar tudo geralmente acaba não explicando nada.

O presente trabalho, à luz das objeções levantadas contra a NEI, considera um equívoco considerar seu programa de pesquisa como um caso particular da teoria neoclássica, tanto quanto como compartilhando de uma matriz institucionalista comum junto ao IEO. O ponto aqui é que para avaliar a contribuição destas escolas é necessário abrir mão dos critérios metodológicos convencionais e atentar para a ontologia pressuposta por seus trabalhos. Diante disso, a filosofia do Realismo Crítico constitui-se num referencial de análise importante. Tony Lawson, por exemplo, tem destacado os traços característicos do projeto *mainstream*, do qual a NEI e os neoclássicos fazem parte, com a alegação de que o que une essas escolas é o fato de partilharem das mesmas noções de sistemas fechados, com a adoção do atomismo e do reducionismo.

O presente trabalho está dividido em quatro seções contando com esta introdução. Na segunda, apresenta-se uma discussão sobre a classificação das teorias baseadas nas metodologias científicas convencionais e do Realismo Crítico. Na terceira seção contrapõe-se a NEI ao IEO

buscando entender as diferenças destas escolas também segundo a metodologia convencional e o Realismo Crítico. E na quarta seção, por fim, conclui-se o trabalho.

2. Metodologia Científica e Realismo Crítico em Economia

A metodologia estuda os conceitos, teorias e princípios que fundamentam o conhecimento válido. Cabe à metodologia propiciar o entendimento de como se relacionam os pressupostos e implicações de uma teoria, bem como definir os critérios para a aceitação destas e seus fundamentos empíricos.

Apesar do impacto da obra de Thomas Kuhn, com sua noção de conhecimento comunitariamente produzido, a principal referência dos metodólogos em economia tem sido os trabalhos de Popper e Lakatos. Isto porque, enquanto qualquer tentativa de descrever a evolução das ideias econômicas baseada em conceitos como “paradigma científico”¹ ou “matriz disciplinar” é algo difícil de ser visualizado, as metodologias prescritivas do falseacionismo e dos programas de pesquisa tem oferecido um referencial para classificar e hierarquizar o conhecimento científico, algo que satisfaz o interesse das escolas de pensamento dominante. Neste sentido, conceitos como cinturão protetor, ciência progressista e ciência degenerativa, empregados por Lakatos, oferecem o referencial adequado para os que tentam compreender a relação do pensamento institucionalista com a economia neoclássica por uma perspectiva mais normativa.

2.1 Entendendo a Divisão da Economia Segundo Critérios Metodológicos

O Racionalismo Crítico de Popper começa proporcionando uma justificativa para um problema levantado pela filosofia da ciência, o da especificação de um critério lógico para demarcar o conhecimento científico distinguindo-o do conhecimento não-científico. Em busca deste critério seguro para a ciência, Popper rejeita qualquer vinculação com o empirismo clássico e o indutivismo, por conceber, assim como Hume, a impossibilidade de assentar o conhecimento em generalizações a partir da observação². Para melhor ilustrar, segue um exemplo mais concreto extraído de Blaug (1994, p. 50):

¹ Uma alternativa seria seguirmos a premissa de que o conhecimento cientificamente válido é aquele que se faz através do uso do instrumental do paradigma dominante. Com isto, poder-se-ia, de antemão, aceitar a noção de paradigmas científicos de Thomas Kuhn. Com essa noção, Kuhn está interessado em saber como evoluem as teorias. A ideia é que o progresso científico não se faz gradualmente, mas intercalando períodos de ciência normal e de revoluções. A lógica deste esquema é que a investigação se baseia em conhecimentos científicos adquiridos, aceitos durante certo período pela comunidade científica, como a base da sua atividade. Esta atividade conduz à descoberta de anomalias que não podem ser ignoradas nem resolvidas. E é a acumulação destas anomalias que conduz a um período revolucionário.

² Isto quer dizer que, de uma proposição tal qual “todos os corvos são negros”, não se extrai nenhum conhecimento seguro, porque logicamente a existência de um único corvo branco poderia desmentir tal generalização.

... o homem infere a lei universal de que o sol nasce sempre de manhã, da experiência passada de o Sol se erguer de manhã; contudo, isto não pode constituir uma dedução logicamente conclusiva, no sentido de premissas verdadeiras implicarem necessariamente conclusões verdadeiras, porque não há absolutamente nenhuma garantia de que aquilo que até hoje experimentamos se mantenha no futuro.

O que foi dito anteriormente vale também para qualquer teoria e para a ideia de que ela tenha enunciado alguma verdade definitiva sobre o mundo, ou seja, pode-se aceitar que uma teoria tenha explicado bem um conjunto de fatos, mas isto não garante logicamente que essa mesma teoria continue a explicá-los no futuro. Este ceticismo de Popper o faz propor, em contrapartida, a noção de falseabilidade como critério de demarcação das teorias científicas. Neste caso, uma hipótese se tornará falsificável se existe uma proposição de observação ou um conjunto logicamente possível delas que, fornecendo determinado resultado, implique a falsidade da hipótese (CHALMERS, 1997). Com a falseabilidade, científicas são as teorias que constroem proposições passíveis de refutação. E verdadeiras são aquelas teorias científicas sujeitas à refutação, mas ainda não refutadas.

A noção de programas de investigação de Lakatos (1999) é uma tentativa de melhorar o falsificacionismo popperiano e superar as objeções levantadas contra. Para Lakatos (1999), as disciplinas científicas compreendem um ou mais programas que são séries de teorias que vão evoluindo ao longo do tempo. Na sua concepção são introduzidas duas noções: a de núcleo duro e a de cinto protetor. O núcleo duro de um programa consiste nas suas hipóteses fundamentais. Todos os testes da teoria têm lugar dentro do cinto protetor, onde as implicações empíricas dos programas são separadas e confrontadas com os dados, em umas com as outras, e gradualmente modificadas e aperfeiçoadas. Ademais, um programa de pesquisa lakatosiano é, segundo Chalmers (1997, p.115), uma estrutura que fornece orientação para a pesquisa futura de uma forma tanto negativa quanto positiva:

A heurística negativa de um programa envolve a estipulação de que as suposições básicas subjacentes ao programa, seu núcleo irreduzível, não devem ser rejeitadas ou modificadas. Ele está protegido da falsificação por um cinturão de hipóteses auxiliares, condições iniciais. A heurística positiva é composta de uma pauta geral que indica como pode ser desenvolvido o programa de pesquisa. Um tal desenvolvimento envolverá suplementar o núcleo irreduzível com suposições adicionais numa tentativa de explicar fenômenos previamente conhecidos e prever fenômenos novos. Os programas de pesquisa serão progressivos ou degenerescentes, dependendo de se sucesso ou fracasso persistente quando levam à descoberta de fenômenos novos.

Levar à descoberta de fenômenos novos é um critério importante que Lakatos (1999) estabelece quando distingue “a ciência madura”, que consiste em programas de investigação, e “a ciência não madura”, que consiste num ideal meramente esboçado de ensaiar o erro. Assim, Lakatos (1999, p. 102) afirma que, enquanto a primeira antecipa não só fatos novos, mas também, num sentido importante, novas teorias auxiliares, a segunda, ou seja, a ciência não madura, o faz, em geral, na forma de uma série arbitrária de teorias desconexas e deficientemente articuladas. “Neste último caso, os bons cientistas não considerarão esse progresso temporário satisfatório; podem até rejeitá-lo como não genuinamente científico” (LAKATOS, 1999, p.102).

A concepção de Lakatos sobre a acumulação do conhecimento científico se adequa bem aos objetivos daqueles que querem identificar um núcleo duro na teoria econômica. Isto porque oferece um critério normativo mais abrangente para distinguir ciência de não-ciência. Neste caso consta a exigência de que as teorias sejam estruturas bem organizadas tanto para dar forma e sentido aos fatos, quanto pelas possibilidades de fazer avançar o conhecimento, por conter em seu interior indícios e receitas bastante claras quanto a como eles devem ser desenvolvidos³.

2.1.1 A Teoria Neoclássica e o Mainstream: núcleo e princípios metodológicos

Se fossem rigorosamente sustentados os padrões de classificação científicos baseados nas ideias de Lakatos (1999), dever-se-ia conceber, para a economia, a existência de um núcleo duro à semelhança dos descritos em sua obra. Durante boa parte do século XX, foi possível apontar com alguma facilidade o núcleo principal dos trabalhos do que se convencionou *mainstream* econômico, que se confundia com a economia neoclássica. A economia, a partir do utilitarismo e do marginalismo, seguia de perto a definição de Robbins (2012 [1936]), estudava o comportamento humano como uma relação entre fins e meios escassos com usos alternativos.

A consolidação do núcleo de pesquisa neoclássico dependeu dos esforços conscientes de Marshall, que buscou “... a continuidade com a teoria clássica, incorporando o marginalismo ao corpo principal da economia, mas também o integrou com teorias clássicas de renda e de comércio internacional” (DESAI, 1996, p.228). Posteriormente, os esforços de síntese foram no sentido de incorporar a macroeconomia keynesiana, fazendo da sua contribuição um caso particular da teoria neoclássica. Outras tentativas de síntese ocorreram ao longo da história do pensamento econômico, como as que procuraram incorporar a Teoria da Escolha Racional e a macroeconomia neoclássica. Mais recentemente, a tentativa tem sido a de integrar ao corpo da teoria econômica neoclássica, o novo institucionalismo e as novas teorias do desenvolvimento.

³ Elas devem ser estruturas abertas para que ofereçam um programa de pesquisa.

No que diz respeito às novas contribuições à teoria econômica, o problema que se coloca é que, ao ampliar o instrumental de análise da escola neoclássica, estas podem ao mesmo tempo, estar representando perda de rigor ao programa de pesquisa. A falta de precisão sobre o domínio e os limites da abordagem econômica tem suscitado, por isso, debates sobre o escopo da economia e seus fundamentos metodológicos. Para Hands (2007), o *core* teórico da economia baseia-se na noção de “escolha racional”. Existem muitas forças tentando deslocar esse eixo, como as novas evidências experimentais e o surgimento de novos campos de conhecimento dentro da economia, mas a perda associada ao abandono do seu eixo central traz custos, já que a economia se constitui em uma ciência consolidada com departamentos, premiações e influência política. Silberberg (1999), seguindo Gary Backer, desenvolve de forma mais precisa o que entende por teoria da escolha; esta analisa as decisões humanas sob condição de escassez de bens e serviços. Com a escassez dependendo dos postulados sobre as preferências individuais, em particular do fato das pessoas preferirem mais a menos bens.

Em economia, ainda seguindo Silberberg (1999), o procedimento do pesquisador imbuído da visão da escolha racional, consiste geralmente em se observar como as variações nas restrições afetam o comportamento econômico dos agentes. Assim, variações nas demandas individuais dizem respeito, no curto prazo, a variações nas restrições. As previsões que surgem deste procedimento devem, por sua vez, estar sujeitas a refutações por testes empíricos⁴. Deriva-se daí, seguindo Silberberg (1999, p.06), a seguinte definição:

... em termos metodológicos, a economia pode ser entendida como aquela disciplina das ciências sociais que busca refutar explicações de mudanças em eventos humanos sobre a base de mudanças em restrições observáveis, utilizando postulados universais de comportamento e tecnologia, e simplificando aceções de que as variáveis não mensuráveis (gostos) permanecem constante.

Como salienta Baert (1997), com a Teoria da Escolha Racional, a abordagem econômica foi empregada de forma tão sofisticada para capturar os diversos aspectos da vida social, abrangendo

⁴ Note que para os defensores dessa corrente há diferenças, dentro da pesquisa científica, entre assertivas e hipóteses. O significado disto é a pretensão de se evitar uma série de debates que envolvem a questão do realismo das hipóteses. Assim, as condições de testes ou hipóteses, seria a parte observável, o elo entre os construtos teóricos e os objetos reais; os postulados por outro lado seriam as proposições universais sobre o comportamento dos objetos. O aspecto essencial dos construtos teóricos é que é impossível descrever, em uma quantidade finita de tempo e espaço, todos os atributos dos objetos reais. Por isto, sobre o realismo das hipóteses, o importante seria estar seguro de que a não especificação dos atributos não afetará significativamente todos os testes da teoria.

Silberberg (1999) distingue também duas fases da teorização. Aos aspectos puramente lógicos de uma teoria, denomina-os de modelo. O modelo torna-se uma teoria quando lhe são adicionados hipóteses relacionando os construtos teóricos aos objetos reais. Os modelos, dentro desta visão, são, portanto, sistemas lógicos. Estes não podem ser falsos ou verdadeiros empiricamente; mas logicamente válidos ou inválidos. Quanto à teoria, esta pode ser falsa, tanto porque o modelo em questão é logicamente inconsistente, ou porque os fatos empíricos a refutam (ou ambos podem ocorrer).

desde a frequência à igreja e os casamentos até as situações de guerra e os padrões de suicídio. Essa expansão, segundo Lazer (2000), resulta de uma linguagem rigorosa que permite a aplicação de conceitos de modo relativamente simples, em termos abstratos. Essa linguagem pode ser usada em uma variedade de caminhos, mas três temas são fundamentais: 1) comportamento maximizador; 2) equilíbrio; e 3) Eficiência.

2.1.2 A Defesa do Mainstream e a Negação de um Núcleo Comum

Está longe da unanimidade a ideia de que esteja havendo uma síntese, ou ampliação da teoria econômica com base em um núcleo definido. Para Colander (2000), o que vem ocorrendo são mudanças muito lentas, algo semelhante ao que ocorreu na década de 1870, quando o utilitarismo e o marginalismo deram os primeiros passos para romper - ainda que não completamente - com a teoria clássica, possibilitando o surgimento da teoria neoclássica. Colander (2000) admite também que a teoria neoclássica permanece como parte desta nova teoria, mas salienta que as duas são radicalmente distintas.

Para corroborar a ideia acima, o autor procura enumerar as seis principais hipóteses de trabalho da teoria neoclássica, comparando-as com os trabalhos da teoria econômica contemporânea (Economia do Novo Milênio). São elas: 1) Foco na questão da alocação de recursos ao longo do tempo. 2) Utilitarismo como desempenhando um papel central no entendimento econômico. 3) Foco nos *trade-off* marginais. 4) Ideia de racionalidade procedimental. 5) Aceitação irrestrita do individualismo metodológico. 6) Defesa do equilíbrio geral da economia. O resultado desta comparação é que todos estes postulados foram, de alguma forma, flexibilizados ou substituídos por outros⁵.

Em artigo subsequente Colander *et al* (2004) afirma que dadas as mudanças na economia, a definição de Robbins (2012 [1936]), não seria mais correta para descrever o que os economistas fazem. Se o conteúdo não define a economia moderna, o que a define? O método. A economia moderna é ampla em relação ao que aceita como premissas e conteúdo, mas extremamente restritiva quanto ao que aceita como procedimento, com a exigência de certo nível de formalização. Esses economistas constituem o chamado *mainstream*, a elite da profissão, dominando as principais instituições acadêmicas, organizações e periódicos, especialmente as principais instituições de

⁵ O que se pode depreender da exposição de Colander (2000) é que a característica principal da teoria econômica em construção, por ele denominada de *Economia do Novo Milênio*, é ser, em sua expressão metodológica, bastante ampla, aceitando várias contribuições em diversas áreas e segmentos. A preocupação maior de quem contribui com essa nova economia, deve ser, sobretudo, com a questão da produção e escolha de modelos relevantes para a compreensão do mundo contemporâneo. Novamente, a crítica a essa definição é que ela peca pela abrangência excessiva, constituindo-se no que Possas (1997) chama de “cheia do *mainstream*”.

pesquisa de pós-graduação. Lisboa (1998, p.143) desenvolve raciocínio parecido ao de Colander, mas prefere usar o termo “tradição neoclássica” ao invés de “Economia do Novo Milênio”. O autor afirma, por conseguinte, que a crítica heterodoxa falha por se deter numa versão estilizada de algum modelo neoclássico, quando na verdade a principal característica desta tradição é a da “permanente construção de modelos alternativos, substituição das hipóteses utilizadas e incorporação de novos problemas”. Em Lisboa (2001, p. 813), acrescenta:

... as diversas correntes teóricas dentro da tradição neoclássica constroem teorias empíricas que se diferenciam precisamente na utilização de conceitos que sejam relacionados com a realidade, assim como à definição de critérios de corroboração dos resultados. A inevitável falsificação dos resultados, ou a frustração das crenças originais, inaugura um programa de pesquisa em busca de proposição de uma teoria alternativa que seja melhor corroborada com a evidência empírica.

Na versão de Lisboa (1997, 1998 e 2001) e Colander (2000 e 2004) sobre o *mainstream* econômico, a maior abrangência dos instrumentos de análise e a ampliação dos limites da teoria, não constituem, portanto, sinal de fraqueza metodológica. Ao contrário, é a possibilidade de tratar dessa diversidade de contribuições, com igual diversidade em termos de combinação de princípios metodológicos (respeitado as exigências de formalização), que faz a força dessas pesquisas. É isto que lhes permite tratar os resultados conhecidos como respostas provisórias, e ter a superação das limitações teóricas e fracassos empíricos dos modelos conhecidos, como a própria fronteira da pesquisa. Neste caso, como visto mais acima, a crítica heterodoxa tornar-se-ia quase impossível, por não ter como definir o núcleo duro do *mainstream* econômico⁶.

2.2 Entendendo a Divisão da Economia de Acordo com o Realismo Crítico

O Realismo Crítico, inicialmente desenvolvido para fazer contraponto às metodologias positivistas e falseacionistas, constitui-se numa tentativa de se discutir os fundamentos da análise científica em todos os campos. Seu naturalismo sofisticado tem oferecido um fundo ontológico para as correntes dissidentes em economia sustentarem a incapacidade do *mainstream* econômico em esclarecer os fenômenos do mundo real. Nesta seção, a concepção filosófica do Realismo Crítico será usada buscando-se entender em que consiste o *mainstream* econômico, bem como

⁶ Pode-se dizer, seguindo Lisboa (1998), que a ‘tradição neoclássica’, ou o *mainstream* econômico, utiliza uma combinação de elementos instrumentalistas com regras de inspiração popperianas em sua defesa metodológica. O instrumentalismo é utilizado na derivação das hipóteses pouco realistas de trabalho, enquanto os princípios popperianos são utilizados para se evitar as armadilhas convencionalistas.

entender a discussão sobre o que caracteriza a Nova Economia Institucional e o pensamento neoclássico quando comparados ao institucionalismo original.

2.2.1 O Realismo Crítico e a Ontologia das Ciências Sociais e Economia

O primeiro ponto apoiado pela ontologia do Realismo Crítico é a afirmação de uma realidade externa e independente dos conceitos que os cientistas têm dela. Isso implica separar as dimensões transitivas e intransitivas do conhecimento. Teoria e discursos, como objetos científicos, fazem parte da dimensão transitiva. A dimensão intransitiva refere-se às coisas estudadas pelos cientistas (como processos físicos ou fenômenos sociais).

O segundo ponto a ser considerado é o reconhecimento de que a realidade é dividida em três domínios separados e hierárquicos. Além do domínio empírico, que tem relações entre estados de coisas e coisas obtidas por observação direta ou indireta, há também os domínios do real e do atual. O real é tudo o que existe, seja natural ou social, independentemente de considerá-lo como um objeto empírico ou da compreensão adequada de sua natureza. Outro atributo do real é que este é o reino dos objetos (físicos ou sociais), suas estruturas e poderes. Eles podem ter a capacidade de se comportar de maneiras específicas e podem ser suscetíveis a certas formas de mudança (SAYER, 2000). O atual se refere ao que acontece se e quando esses poderes são ativados.

Outra propriedade do mundo, de acordo com a abordagem do Realismo Crítico, é a da existência de propriedades ‘emergentes’. Isto se refere a situações nas quais a conjunção de duas ou mais características - ou aspectos - dá origem a novos fenômenos onde a totalidade não pode ser reduzida a seus constituintes, ainda que os constituintes sejam necessários para sua existência. O exemplo clássico no mundo físico são as propriedades emergentes da água, que são geradas pelas diferentes propriedades de seus elementos constituintes oxigênio e hidrogênio.

Claramente, a questão do conhecimento é vista de maneira diferente das perspectivas do Realismo Crítico e da Economia dominante. Como será visto mais à frente, a realidade não é concebida no Realismo Crítico como o é na Economia, que postula a anterioridade dos requisitos epistemológicos do conhecimento em relação à definição da natureza da realidade; embora o Realismo Crítico reconheça que em todas as ciências sociais as teorias e os discursos façam parte da dimensão transitiva e parte do mundo social. Ou seja, há uma interação interpretativa mútua entre a ciência e as atividades que constituem seu objeto. Nesse sentido, a questão do naturalismo, tão cara aos economistas, foi posta à prova quando Bhaskar (1998 [1979]) propôs caracterizar uma ontologia específica para o domínio social. Suas fundações são: 1) As estruturas sociais existem apenas por causa da ação dos indivíduos (diferentes das interações naturais). 2) Os conceitos são constitutivos

das estruturas sociais (eles não existem independentemente dos conceitos daqueles que praticam a ação). 3) A sociedade é extremamente plástica ou mutável e sua forma, a qualquer momento, depende das ações humanas e de suas consequências (são históricas).

Em outras palavras, nas ciências sociais, as ações humanas são estruturadas por formas de sociabilidade, como normas e/ou leis, que precedem os indivíduos. No entanto, uma vez que depende da ação humana, tal estruturação é aberta, mas não permanente. Sem ação humana não há reprodução de estruturas sociais. No entanto, essa ação só pode existir em um determinado contexto, utilizando os recursos inscritos nas estruturas sociais. Aqui, há uma dualidade na qual o comportamento humano não pode ser reduzido à estrutura e a estrutura não pode ser explicada exclusivamente pela ação individual intencional. A análise de Bhaskar (1998 [1979]) do domínio social é seguida pelos trabalhos de Tony Lawson sobre economia.

2.2.2 O Argumento Ontológico e o Estado Atual da Economia

Lawson (2015) apresenta uma análise bastante sugestiva a respeito da crise atual das ciências econômicas. Segundo o autor, as falhas da Economia não estão no nível da teorização substantiva, mas no da metodologia e ontologia social (o estudo da natureza da realidade social). Seu ponto de partida é a divisão estabelecida pelos filósofos das ciências entre ontologia⁷ e epistemologia. O primeiro ramo indaga sobre a natureza do ser, do que é, este ramo é comumente chamado metafísica. O segundo indaga sobre as possibilidades de se obter conhecimento verdadeiro e justificado, e das razões pelas quais se acredita ter conhecimento. Qualquer investigação, portanto, deve principiar por um dos dois caminhos; ou se escolhe uma ontologia e parte para justificar o ser com base no conhecimento, ou se define a natureza do ser para em seguida discutir as formas de se conhecer o ser.

As discussões em Economia começam em geral no nível epistemológico, com os economistas pressupondo uma ontologia para, a seguir, abordarem o progresso da sua ciência em relação ao método adequado. Mas, qual é essa ontologia que os economistas do *mainstream* pressupõem? Esta segue a tradição positivista, onde se assume um mundo composto de sensações e eventos atomizados com vistas a estabelecer leis baseadas na associação de padrões regulares ou conjunção constante de eventos. Nesta perspectiva, explicar algum evento, coisa ou fenômeno, (o *explanandum*) é fornecer uma explicação (*explanans*) pelo qual o fenômeno inicial se torna inteligível. Estabelece-se um *explanandum* que deve ser deduzido a partir de um conjunto inicial de

⁷ O termo ontologia deriva do grego, com ‘onto’ significando ‘ser’, e ‘logos’ geralmente interpretados como ‘ciência’; de modo que a ontologia, como tradicionalmente entendido, é a ciência ou o estudo do ser.

condições e mais uma lei universal da forma “sempre que o evento x então evento y”. Nesta concepção, explicação e previsão ganham o mesmo *status* (tese da simetria). No caso das “leis estatísticas”, a descrição dedutivo nomológico é frequentemente substituída pelo rótulo ‘indutivo-probabilístico’.

A falha, portanto, está no predomínio de uma tradição (*mainstream*) que insiste na aplicação de métodos de modelagem matemática. Como todos os métodos de pesquisa, a matemática é uma ferramenta apropriada para lidar com um conjunto limitado de tarefas, envolvendo um conjunto limitado de fenômenos, num conjunto limitado de contextos, e não outros. O problema, como visto, é que a natureza e as condições da realidade social caracterizadas pelo agir humano são abertas, o que torna as formas de raciocínio matemático dedutivista quase totalmente inadequadas como ferramentas de análise social⁸.

A questão posta aqui está além da preocupação em discutir os níveis de generalização, se baseados na indução ou dedução. O termo ‘dedutivismo’ é usado neste caso para falar das teorias científicas que são erguidas sobre a concepção de leis de regularidade de eventos em conjunto com o princípio da avaliação da teoria sugerido acima. Este ponto é importante de ser salientado, já que dentro do *mainstream* há uma prestigiosa disputa entre uma vertente mais formalista e outra mais discursiva na Economia (MAYER, 1993). Enquanto a primeira se ocupa da produção de modelos matemáticos, a segunda busca flexibilizar os supostos comportamentais baseados na ideia de racionalidade, de modo a oferecer explicações mais acuradas a respeito do comportamento econômico no mundo real. Uma destas correntes é a própria NEI, a outra é a economia comportamental, com uma metodologia calcada em experimentos para desenvolver teorias sobre a tomada de decisão pelo agente humano. Alguns prêmios Nobel já foram conferidos a autores veiculados a essa última linha, como Ronald Coase, Douglass North, Amos Tversky, Daniel Kahneman e Richard Thaler dentre outros. Estas diferenças, contudo, não são essenciais, pois ambas trabalham apoiados pela suposição de uma ontologia de sistemas fechados.

Em síntese, na perspectiva de Lawson (2015), o que distingue as correntes heterodoxas e o *mainstream*, é a ontologia mais do que razões substantivas ou políticas. No caso da distinção entre as correntes heterodoxas, estas não podem ser sustentadas em termos ontológicos, substantivos ou políticos mas somente em termos de preocupação de cada área particular com questões de interesse. O institucionalismo, por exemplo, lida com processos e questões evolutivas, ou exame de como os itens sociais mudam e/ou perduram no tempo. Por isso a atenção especial naqueles aspectos da vida social que são mais duradouras, como instituições e hábitos.

⁸ As análises e generalizações do *mainstream* econômico estão equivocadas pois se baseiam na noção de sistemas fechados, onde apenas um conjunto único ou estável de aspectos ou mecanismos é separado para identificação empírica.

3. Institucionalismo, *Mainstream* Econômico e Realismo Crítico

O ressurgimento do institucionalismo em Economia e a diversidade de interpretações que se autodenominam institucionalistas levantam algumas questões teóricas e metodológicas que precisam, antes de tudo, ser analisadas cuidadosamente. A controvérsia maior entre os adeptos do antigo institucionalismo original e os praticantes da Nova Economia Institucional vai desde questões metodológicas e teóricas à questões normativas. Alguns dos campos, segundo Rutherford (1996), onde persistem as contradições são: formalismo *versus* anti-formalismo, individualismo *versus* holismo, escolha racional *versus* coletivismo e não intervencionismo *versus* intervencionismo.

A questão mais importante, portanto, é saber se as diferenças assinaladas invalidam ou não a formação de uma matriz institucionalista plural, rica e progressiva, como queriam Samuels (1995) e Moulaert (2005). Para buscar respostas a essa questão, as teorias serão analisadas com base nos critérios metodológicos convencionais e, posteriormente, de acordo com os critérios ontológicos estabelecidos pelo Realismo Crítico.

3.1 A Distinção entre os Institucionalismos de acordo com o Escopo e Núcleo

O chamado institucionalismo original data dos primeiros anos do século XX, sua agenda teve início com os trabalhos de Thorstein Veblen, Wesley Mitchell, John R. Commons e Clarence Ayres⁹. No caso da Nova Economia Institucional, seus trabalhos mais significativos estão associados aos nomes de Ronald Coase, Oliver Williamson e Douglass North.

Ao contrário do que se pode imaginar, o IEO não forma um todo único e coerente. Seus críticos, inclusive, se apoiam na falta de unidade interna para justificar seu ocaso (BLAUG, 1985). Dentro desta corrente, duas linhas de pesquisa se destacam. Uma é a de Thorstein Veblen, que construiu seu programa contrastando os hábitos convencionais de pensamento ao conhecimento ordinário, ou no caso específico de “A Teoria da Classe Ociosa” (VEBLEN, 2005 [1899]), contrastando o consumo com vistas à busca de *status* ao consumo para satisfazer os meios genéricos de vida. Da mesma forma, este foi o foco em “A Teoria da Empresa de Negócios” (VEBLEN, 1904), com a distinção entre negócios (ganhar dinheiro) e indústria (fabricar bens).

O outro grande programa dentro do IEO tem suas raízes no trabalho de John R. Commons. Este se concentra no estudo das leis, direitos de propriedade e organizações, bem como sua

⁹ No entre guerras o movimento institucionalista viveu seu momento mais pujante, impulsionado por um transbordamento de realismo e um novo idealismo liberal que não poderia estar contido na prática neoclássica. Ver (ROSS, 2011).

evolução e impacto sobre o poder legal e econômico, sobre as transações econômicas e a distribuição de renda (RUTHERFORD, 1996). Deste ponto de vista, as instituições são entendidas em grande parte como o resultado de processos formais e informais de resolução de conflitos, sendo o critério de sucesso o fato de a instituição ter gerado um ‘valor razoável’ ou ‘mutualidade viável’ fora do conflito.

Na perspectiva do IEO, as questões quanto a definição, significância e escopo da economia estão interligadas. A atividade econômica é vista como um processo instituído para provisionamento da sociedade, com as preferências individuais e recursos produtivos se constituindo em variáveis a serem explicadas mais do que variáveis explicativas. Outra ênfase é com relação à questão da mudança institucional¹⁰. Essa é explicada tendo em conta suas ramificações sistêmicas especialmente com “a tecnologia responsável pela reprodução da espécie humana como um conjunto de criaturas materiais com padrões de comportamento socializado” (STANFIELD, 1999, p. 235). Veblen (1919[1898]) chegou a comparar a sociedade a um organismo complexo e em permanente mudança. Em sua concepção, a história humana seria, de forma não teleológica, a história da evolução e adaptação das instituições sociais.

Quanto à Nova Economia Institucional, seus trabalhos compreendem abordagens sobre custos de transação e incerteza e direitos de propriedade. Assim como IEO, a NEI se compartimentou em várias áreas e linhas independentes de pesquisa. Furubotn e Richter (1997) identificam quatro dessas linhas, são elas: a economia dos custos de transação, a economia dos direitos de propriedade, a teoria econômica dos contratos e a nova abordagem institucional da história¹¹. Rutherford (1996) identifica pelo menos três delas: uma concentrada nos direitos de propriedade, outra com os processos de escolha pública ou coalizões para ação coletiva e, a última, voltada principalmente para o estudo das organizações. Williamson (2000) prefere tratar os trabalhos da NEI dividindo-os em níveis. Seriam estes: o do *embeddedness*, ambiente institucional, governança e o da teoria da agência.

Dentre os vários níveis de análise abordados pela NEI, segundo Williamson (2000), dois têm destaque maior. De um lado, está a abordagem das estruturas de governança, cujo maior expoente é o próprio Oliver Williamson, com trabalhos aplicados em um nível micro analítico para resolver questões referentes à teoria da empresa, organização industrial e economia da organização. De outro, a abordagem do ambiente institucional de Douglass North, usada em um nível macro analítico, com uma apreciação sobre a história das economias nacionais, o desenvolvimento econômico e as transformações econômicas de longo prazo.

¹⁰ Enquanto isso, para os neoclássicos a mudança é exógena, assim como as preferências e a tecnologia.

¹¹ Os autores destacam os campos considerados a partir de volumes coletivos editados para tratar da NEI.

No caso da corrente liderada por North (1990), o objetivo é o de formular um instrumental teórico para entender a mudança institucional e o desenvolvimento econômico. O ponto de partida é o reconhecimento de que existe uma relação entre instituições e desenvolvimento econômico. Essa relação pode ser especificada pelo *trade-off* entre especialização e custos de transação. Quanto maior a complexidade introduzida pelo aumento do número de jogadores e de interações entre eles, maior a possibilidade de ganhos advindos com a especialização, propiciada pela divisão do trabalho e, conseqüentemente, maiores serão os custos de transação¹².

Existem dois mecanismos extremos imagináveis para forçar o cumprimento das regras em uma sociedade. No primeiro, as regras são garantidas por uma autoridade com o poder para punir, se necessário, pelo uso da força física. No segundo, as regras são *self enforcing*, baseadas em sanções e convicções pessoais, como a honra, a religião e a lealdade. Qual mecanismo será escolhido e adotado depende do tipo de monitoramento e verificação dos custos. Ambas as análises, da estrutura de governança e do ambiente institucional, justificam, portanto, a existência das instituições, mas deixam em aberto o resultado da competição entre os diversos sistemas de organização que lutam para regular a vida social. O importante, segundo Furubotn e Richter (1997), é entender que as razões de Williamson não podem ser aplicadas para a corrente do ambiente institucional.

Um recurso usado para contrapor escolas e entender suas diferenças, é analisar seus núcleos de trabalho. Contudo, acessar esses núcleos nem sempre é tarefa fácil, e quando possível, persistem várias definições conflitantes deste. Por isso, o mais vantajoso é buscar identificar a origem dos termos institucionalismo e novo institucionalismo, e a partir disso rastrear as proposições fundamentais que têm servido de suporte para os membros dessas escolas trabalharem de forma progressiva o conceito de instituições.

No caso do IEO, conforme salienta Rutherford (2011), o termo “economia institucional” começou a ser usado para caracterizar a economia de Thorstein Veblen e aparece na literatura pela primeira vez por Walton Hamilton em uma sessão da conferência da *American Economic Association* em 1918 (HAMILTON, 1919).

Em seu artigo, Hamilton (1919) elenca cinco proposições fundamentais do institucionalismo econômico: 1. A teoria institucionalista é multidisciplinar, seu escopo trabalha para unificar as extensas fronteiras da pesquisa social. 2. O foco da teoria econômica é entender o problema do controle. A existência de transações econômicas em mercados organizados e de modernas

¹² Em sociedades em que é pequeno o número de jogadores, as trocas são simples, demandando poucos custos de transação.

corporações pressupõe o entendimento dos mecanismos de distribuição de oportunidades na sociedade. 3. É fundamental entender como operam as instituições, como dão sentido aos mecanismos de controle em cada sociedade. Por exemplo, para se tratar com a inflação, deve-se entender a organização da sociedade em seus aspectos financeiros, o que inclui um conhecimento do sistema de preços, nível de preços, criação de instituições de crédito para a indústria dentre outros elementos. 4. A noção de processo é fundamental para se entender como as instituições e a economia mudam no tempo. Entender as instituições implica entender como elas vieram a ser o que são. 5. A teoria econômica deve se basear em uma teoria do comportamento humano aceitável. As instituições, coisas aparentemente tão rígidas e materiais, são meramente métodos convencionais de comportamento por parte de vários grupos ou de pessoas em várias situações.

Em busca de uma definição para o institucionalismo, Hodgson (2000) analisa as assertivas de Hamilton (1919) colocando a questão na seguinte perspectiva: 1. O institucionalismo não se define em termos de propostas de política. 2. O institucionalismo é multidisciplinar. 3. As instituições são os elementos-chave de qualquer economia e, portanto, uma tarefa importante para os economistas consiste em estudar as instituições e os processos de conservação institucional, inovação e mudança. 4. A economia é um sistema aberto e evolutivo, situado em um ambiente natural, afetado por mudanças tecnológicas, e imersa em um conjunto mais amplo de relações sociais, culturais, políticas e de poder. 5. A noção de agentes individuais maximizadores de utilidade é considerada inadequada ou errônea. O institucionalismo não considera o indivíduo como ‘dado’. Os indivíduos são afetados por seu ambiente institucional e cultural.

Segundo Hodgson (2000), o fio condutor do institucionalismo desde Veblen é a proposição (5), já que outras escolas de pensamento econômico também expressam alguma concordância com as proposições de (1) a (4). Outra tentativa importante de definir o núcleo dos trabalhos dentro da tradição do institucionalismo original foi dada por Kapp (1976). Segundo o autor, o distintivo desta escola seriam as noções de causação circular e cumulativa, inicialmente introduzidas por Veblen e depois desenvolvidas por Myrdal. O significado e as implicações destes conceitos seriam que estes se constituem em um quadro analítico alternativo para integrar todo o campo das relações sociais¹³.

Já o termo ‘nova economia institucional’, foi cunhado por Oliver Williamson em seu livro “Mercados e Hierarquias”, de 1975. Seus escritos estão inseridos em um contexto de interesse crescente entre os economistas por aspectos da microteoria principalmente história econômica,

¹³ Veblen (1919 [1909]) desenvolveu e utilizou o princípio de causação circular de uma série de fatores dentro de um processo de causalidade cumulativa em conexão com sua análise da função da classe ociosa, do papel da tecnologia e do crédito, particularmente em conexão com sua explicação do ciclo econômico e a inflação de todos os valores monetários.

economia dos direitos de propriedade, sistemas comparativos, economia trabalhista e organização industrial. Até então, o corte metodológico ao qual se vinculava os trabalhos dos teóricos da escola neoclássica, os impedia de dar atenção ao estudo da evolução institucional. Neste sentido, Williamson (1975) introduz o conceito de instituições para tratar das falhas nas transações de “mercado livre” que levam à necessidade e à existência de hierarquias e organizações para mediar e economizar os custos transacionais. O autor deu tratamento especial aos seguintes atributos: 1. As transações e os custos associados, e não a tecnologia, como o objeto central da análise. 2. A incerteza e, implicitamente, a racionalidade limitada como características-chave do argumento.

Apesar de a definição dos princípios fundamentais do institucionalismo ter se concentrado mais exclusivamente na definição de Williamson (1975), um rápida olhada nos principais manuais dedicados a tratar de temas relacionados ao desenvolvimento do pensamento da NEI, revela que esses seguem os passos dados pelo autor. São eles: Langlois (1985 [Mão Invisível, Racionalidade Limitada e Individualismo Metodológico]); Alston, Eggertsson e North (1996 [Custos de Transação, Racionalidade Limitada e Direitos de Propriedade]); Drobak e Nye (1997[Custos de Transação, Racionalidade Limitada e Direitos de Propriedade]); Furubotn e Richter (1997[Custos de Transação, Individualismo Metodológico e Direitos de Propriedade]); Harris e Hunter (1997[Custos de Transação, Racionalidade Limitada e Individualismo Metodológico]) e Ménard e Shirley (2008[Racionalidade Limitada e Custos de Transação]).

A diferença para o IEO, segundo os defensores da NEI, é que, em primeiro lugar, essa faz uso de um conjunto de conceitos logicamente coerentes que oferecem um poderoso conjunto de ferramentas, delineando questões a serem exploradas e aptas a lançar luz sobre um largo conjunto de fatos e relações entre estes fatos (MÉNARD, 2001). Este conjunto de conceitos tem seu *core* na primazia das transações sobre a produção, no princípio de que organizar transações envolve custos e no reconhecimento de que o instrumental neoclássico importa para explicar a alocação de recursos e a produção *per capita*. Em segundo lugar, seu marco analítico observa determinadas prescrições metodológicas fundamentais, quais sejam: 1) busca-se construir uma teoria (um conjunto de questões e conceitos para explorar estas questões); 2) busca-se construir modelos, (ferramentas enraizadas na teoria e desenhadas para gerar previsões) e 3) busca-se mensurar os resultados (para determinar se os fatos estão de acordo com as previsões).

3.2 A Distinção entre os Institucionalismos de acordo com a Visão de Ciência e a Ontologia

A abordagem institucionalista original foi invariavelmente acusada pelos críticos neoclássicos de ter um caráter anti-teórico ou descritivo. Isto por causa da tentativa de tratar do material social a

partir de uma apreciação qualitativa e descritiva do fenômeno a ser estudado, com base em informações empíricas, históricas e culturais. Mais recentemente, os próprios institucionalistas têm reconhecido limitações no método da escola, devido à imprecisão, sugestividade e incapacidade deste em recomendar políticas práticas (TAUHEED, 2011).

Para além das limitações de seu método, a abordagem inicial do IEO enfatizou a concepção de mundo social complexo, onde diversos elementos conectados estão em mudança constante. Elementos da ontologia do IEO podem ser destacados já na crítica quanto ao padrão de associação causal linear baseado na busca de regularidades entre eventos; é rechaçada, deste modo, qualquer perspectiva animista, ou preocupação em adequar os fatos à ideia de uma ordem natural benéfica, como faziam os neoclássicos.¹⁴ Em Veblen e Commons, os dois principais expoentes da corrente, fica mais nítida a preocupação com a formulação de uma perspectiva transformacional na qual a ideia de uma realidade social estruturada é concebida.

Veblen (1909[1919]) foi o primeiro a se contrapor à visão da ordem social baseada em uma concepção equilibrista. No lugar desta, propôs a ideia de uma ciência evolucionária e não teleológica por meio dos conceitos de causação circular e mudança cumulativa. Há uma ontologia de fundo darwinista em sua concepção, onde as mudanças são explicadas tanto em termos motivacionais quanto em termos de interação. Os indivíduos possuem capacidade de absorver a cultura e alterar seu ambiente através de um processo cumulativo de adaptação a uma série de eventos, como fatores biológicos, bem como elementos de sua própria biografia e autodeterminação. A relação entre agência e estrutura em Veblen apresenta aspectos de relações sociais duradouras, como regras, práticas sociais, sistemas e causação social. Há aqui uma relação mais complexa entre ação e estrutura, onde os fins e os meios da ação são combinados de diferentes maneiras. A razão suficiente [ou intenção], que é influenciada por instintos, ocupa-se de antecipar o comportamento futuro. Seu efeito mais urgente é alterar o presente antecipando os eventos. A causa eficiente [ou materialista], no entanto, é determinista e habitual, caso em que não há lugar para reflexão (VEBLEN 1919 [1909])¹⁵.

A ideia de que a sociedade pode ser explicada pela soma de seus componentes foi negada por Veblen (2005 [1899]) em sua crítica à teoria neoclássica. Em sua visão, o entrelaçamento entre indivíduos e instituições em um processo de constante mutação impede a redutibilidade da sociedade a indivíduos, e vice-versa. Autores como Hodgson (2004) veem uma aproximação dessa perspectiva com a noção de propriedades emergentes sustentadas pelo Realismo Crítico, no qual

¹⁵ Parece que esse último aspecto, a estrutura usual do comportamento humano, é fonte maior dos equívocos de muitos seguidores e críticos de Veblen.

elementos da estrutura social não podem ser deduzidos do comportamento das partes isoladas, mas fazem sentido dentro de sistemas onde as partes estão internamente relacionadas.

Os demais institucionalistas foram inicialmente na mesma direção de Veblen, inclusive Wesley Mitchell, que ao refinar suas técnicas de análise sobre ciclos econômicos, destacou a complexidade do problema e a necessidade de pesquisas mais extensas (ROSS, 1991). No caso de Commons (1931, 1934 e 1950), sua perspectiva holística pode ser identificada na forma como entende a economia, salientando a necessidade de analisar cuidadosamente as relações entre o todo e as partes. Em sua visão, a sociedade não é considerada como a soma de indivíduos isolados, mas é um múltiplo da cooperação individual (RUTHERFORD, 1996). Como membros de diversas organizações e associações, os indivíduos recebem toda a influência dos processos de socialização. Conforme apontado por Clive Lawson (1996), a ênfase institucional de Commons não pode ser confundida com uma tentativa extrema de incorporar o comportamento individual em estruturas sociais, uma vez que Commons reconhece que as ações só podem ser explicadas em termos de estrutura e vice-versa.

O fato de estar envolvido mais na solução de problemas práticos, não impediu Commons (1931, 1934 e 1950) de desenvolver algumas características de uma ontologia estruturada. Sua concepção está fundada na ideia de práticas rotineiras, com a dependência dos acordos, entendimentos e significados compartilhados pela comunidade, ao mesmo tempo em que apresenta componentes irredutíveis à atividade individual. Além disso, o reconhecimento de que essas práticas andam de mãos dadas com muitos dos mecanismos de influência que afetam o comportamento humano, torna qualquer tipo de estabilidade na realidade social uma conquista muito real (TAUHEED, 2013 e CLIVE LAWSON, 2015).

Mais especificamente, um aspecto de uma ontologia estruturada nos trabalhos de Commons pode ser identificado na sua concepção de realidade social, onde há ênfase na presença de mecanismos relacionados à atividade coletiva que facilitam ou restringem as ações humanas. Neste caso, todas as estruturas preexistem e afetam as atividades humanas relacionadas. Como citado por Commons (1934, p. 701): “O homem de negócios que se recusa a usar o sistema bancário que cresceu no passado, o trabalhador que se recusa a vir trabalhar quando outros chegam, pode ser trabalhador, mas não pode viver em sociedade industrial”.

Após mapear as várias fases do debate entre institucionalistas e neoclássicos pelo domínio da autoridade científica, Yonay (1998) salienta o fato de que a maioria das acusações quanto às limitações científicas do institucionalismo foi feita com base em uma noção de ciência formalista, com o uso de uma linguagem abstrata, como a matemática ou a lógica simbólica em lugar de métodos de apresentação linguística ou literária natural. É verdade que os antigos institucionalistas

rejeitavam as formas neoclássicas mais ortodoxas de teoria e construção de modelos como excessivamente formais, abstratas e estreitas¹⁶. Mas é verdade também, como atesta Rutherford (1999), que estes abandonaram o projeto de Veblen de uma ciência baseada na biologia evolucionária e passaram a adotar uma retórica científica modernista e positivista, com ênfase na física e a necessidade de métodos estatísticos, testes, experimentos, verificação e aplicação instrumental para solucionar problemas sociais. Ao final, com o advento da macroeconomia keynesiana e o desenvolvimento da econometria, os neoclássicos foram capazes de vencer a disputa nos próprios termos propostos pelos institucionalistas.

Autores ligados a NEI (LAVOIS, 1986), (NORTH, 1992) e (COASE, 1998) fazem coro à crítica neoclássica ao institucionalismo original, também alegando que estes falharam tanto pela falta de uma agenda de pesquisa positiva quanto pelo fato de não terem uma teoria para unir sua coleção de fatos, ficando com muito pouco a transmitir (COASE, 1998). Nesse sentido, Williamson (2008) tem preferindo salientar a maior proximidade da NEI com o neoclassicismo. O instrumental teórico da NEI teria sido construído para ir além da asserção de que as instituições importam, permitindo tratamento analítico destas, ao mesmo tempo em que oferece implicações refutáveis passíveis de serem submetidas a testes empíricos. Já North (1992, p.3) chega a alegar que o distintivo em relação às tentativas anteriores de revogar ou substituir a teoria neoclássica é que, a NEI:

... desenvolve, modifica e amplia a teoria neoclássica para permitir enfrentar e lidar com toda uma gama de questões até agora além de seu alcance. O que retém e constrói é o pressuposto fundamental da escassez e, portanto, da concorrência - a base da abordagem teórica de escolha subjacente à micro econômica. O que abandona é a racionalidade instrumental - a assunção da economia neoclássica que a tornou uma teoria livre de instituição.

O relaxamento dos pressupostos de racionalidade e maximização permitiu a NEI dispensar o uso da matemática¹⁷. Seus adeptos reconhecem os pontos fortes da formalização, mas apontam o quão difícil é a sua aplicação à análise institucional onde a ideologia e as mudanças na ideologia desempenham um papel vital na mudança secular. Nas palavras de Coase (1992), por exemplo, a matemática é necessária somente naquelas etapas mais avançadas da pesquisa, onde dados já tratados pela análise teórica, passam a exigir certo tipo de modelagem. De acordo com Rutherford (1996), a abordagem mais analítica (do que matemático) da NEI fez da disputa metodológica com

¹⁶ Mitchell e a maioria dos institucionalistas, por exemplo, não acreditavam que as formulações neoclássicas fossem de grande ajuda na construção de generalizações (YONAY, 1998). Daí eles propuseram a construção de uma nova teoria a partir do zero.

¹⁷ The NEI draws closer to neoclassical formalism only in very specific areas, such as agency theory and game theory (MIROWSKI, 1981).

o institucionalismo original algo menos sobre teoria *versus* descrição do que sobre o grau adequado de abstração a ser usado na análise de um sistema evolutivo complexo. Neste sentido, os adeptos do antigo institucionalismo retratam a NEI como mais formalista, individualista, reducionista, orientada para escolha racional e modelos economizadores e geralmente anti-intervencionista.

Até que ponto essas diferenças quanto ao método e visão de ciência afastam ambos os institucionalismos? A prática científica de cada escola está conectada a certa visão de ciência e seus pressupostos ontológicos. Assim, um rápido olhar em traços da ontologia subjacentes à construção dos dois principais expoentes da NEI pode ilustrar melhor a diferença com relação ao institucionalismo original e a proximidade com relação à agenda neoclássica e *mainstream*. Neste caso, pode-se adiantar que tanto Williamson quanto North têm um tratamento ontológico inapropriado para o domínio do social, dado a pretensão de ambos em estabelecer regularidades ou relações constantes de eventos ou estados de coisas, perspectiva também conhecida como dedutivismo.

No caso de Williamson (1975, 1985 e 2000), sua grande contribuição para o surgimento da NEI como uma corrente distinta de pensamento foi a de ter tornado a teoria dos custos de transação passível de refutação, abrindo maiores possibilidades de fazer avançar o conhecimento. As noções de racionalidade limitada e oportunismo foram fundamentais para dar dimensão às transações e especificar as características das estruturas de governança alternativas, facilitando a predição. Vista da perspectiva ontológica adotada aqui, os esforços científicos de Williamson (1975), entretanto, o conduziram a destacar correlações apenas no nível dos fenômenos, como pode ser exemplificado a partir de seus trabalhos iniciais. Nestes trabalhos, o autor supõe o ambiente institucional constante, para inferir os mecanismos que levam à escolha das estruturas de governança (mercados, hierarquias e estruturas mistas) em relação aos seus custos. Essas escolhas são feitas em resposta às mudanças no ambiente exógeno.

Por vezes, Williamson (1975 e 1985) reconhece que decisões tomadas no plano das organizações, no plano micro analítico podem modificar o ambiente institucional. Ademais, ao invés de explicar as instituições e o comportamento social como partes das práticas sociais, estruturadas na forma de regras, convenções e normas, como algo sustentado e sujeito à modificação pela ação humana, Williamson (1975) prefere seguir o caminho epistémico de justificar a ação social com base em pressupostos metodológicos. Isto pode ser ilustrado pelo uso que faz das noções de oportunismo e confiança. Essas são vistas como uma propriedade estrutural específica que podem ser incorporadas de forma útil na análise a fim de melhorar a confiabilidade preditiva (PRATTEN, 1997).

Douglass North trabalha numa perspectiva mais histórica, buscando contraponto às análises funcionalistas. Seu novo institucionalismo (NORTH *et al*, 1996) acaba, entretanto, reintroduzindo o funcionalismo por outra porta. A agenda de pesquisa proposta aponta na mesma direção, consistindo em um exercício de engenharia social a qual se busca promover mudanças nos mercados reais (geralmente nos países em desenvolvimento) de modo a torná-los mais parecidos em seu funcionamento aos mercados ideais da teoria econômica neoclássica (custos de transação zero). Este tipo de procedimento tem um viés determinista de acordo com Lawson (1997), pois as decisões econômicas são vistas como resultado de uma situação cujas características e constrangimentos só permitem um único resultado possível (eficiente).

Por fim, outro problema com a perspectiva de North *et al* (1996) é que as suas recomendações de políticas são feitas geralmente sugerindo a supressão das chamadas causas intervenientes identificadas do contrafactual de seus modelos com a realidade. À luz do Realismo Crítico, isso significa começar com as condições de isolamento e fechamento pressupostas pelo modelo, para em seguida voltar à realidade sem se ater ao fato de que se está operando nesta fase em outro domínio, o do real, onde diferentes mecanismos operativos justapostos atuam em constante contraposição e de forma aberta. Está-se, portanto, tentando deduzir consequências dos modelos sem ter em conta que as dimensões da realidade são irredutíveis.

4. Conclusão

O presente trabalho reconhece na diversidade, de fato, uma grande virtude do institucionalismo, permitindo-lhe desfrutar, inclusive, de renovado interesse. Os ganhos parecem ser enormes a esse respeito. Isto pode ser visto, principalmente, na maior interface com outros ramos das ciências sociais, ao ampliar seu leque de contribuições, tornando atuais seus *insights* originais. Contudo, existem diferenças entre estas escolas que impedem a unidade da agenda institucionalista.

Se se compara a NEI com a teoria neoclássica, sua força parece residir exatamente na sua fundamentação teórica, com uma estrutura organizada com coerência suficiente para dar forma e sentido aos fatos, fazendo avançar o conhecimento, ao mesmo tempo em que retém significativo do instrumental neoclássico. No caso do IEO, este sempre foi descrito como um amontoado meramente descritivo de concepções econômicas, com pouca significância devido à própria abrangência (BLAUG, 1985). Neste sentido também, a NEI parece ter claramente uma agenda progressiva e o IEO uma agenda regressiva, tal como entendido por Lakatos.

Se o progresso do pensamento institucionalista for observado do ponto de vista da unidade ontológica que as teorias sustentam, a conclusão é diferente. Neste caso, a NEI é concebida como se baseando nas mesmas noções de sistemas fechados com uma descrição da realidade que não avança para além do nível da correlação de eventos. Tanto Williamson quanto North, expoentes da NEI, fazem ciência reduzindo a realidade a supostos epistemológicos. Só para recapitular um aspecto da crítica desenvolvida anteriormente, ambos descrevem um mundo até certo ponto distinto do neoclássico, onde há custos de transação, fricções, corporações e instituições, mas o método usado é o mesmo, ou seja, buscar adequar a realidade aos modelos desconsiderando que as dimensões do conhecimento são intransitivas e irreduzíveis.

Já no caso do IEO, é possível destacar em sua teorização momentos onde subsistem noções como causalção circular e cumulativa que corroboram a construção de uma ciência evolucionária. Tal projeto, entretanto, foi abandonando pelos seguidores de Veblen no entre guerras, dando margem para desenvolvimentos meramente metodológicos fundados na ideia de ciência como compilação de dados e na crítica da aplicabilidade por parte dos neoclássicos da analogia da ciência natural e dos métodos positivistas à economia. Apesar disto, a visão das instituições como aspectos duradouros do comportamento humano e da economia como um sistema aberto e complexo, é suficiente para separar o institucionalismo original do *mainstream* e correntes associadas, como a NEI e o neoclassicismo.

Bibliografia:

ALSTON, L.; Train Eggertsson and Douglass North. *Empirical Studies in Institutional Change*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

BAERT, P. “Algumas Limitações das Explicações da Escolha Racional na Ciência Política e na Sociologia”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*; 12, 35 (1997).

BHASKAR, R. *The Possibility of Naturalism*. 3th edition. London: Routledge, 1998 [1979].

BLAUG, M. *Teoria Económica en Retrospección*. São Paulo: Fondo de Cultura Económica, México, 1985.

_____. *Metodologia da Economia: ou como os economistas explicam*. Lisboa: Gradiva, 1994.

CHALMERS, A. *O que é ciência, afinal?* São Paulo: Brasiliense, 1997.

CLIVE LAWSON. “Holism and collectivism in the work of J. R. Commons”. *Journal of Economic Issues*, 30, 4 (1996): 967-984.

_____. “Order and Process in Institutional Thought: Commons and Ayres”. *Cambridge Journal of Economics*, 39, 4 (2015), 1053–1069.

COASE, R. “The Institutional Structure of Production”. *American Economic Review*. 82, 4 (1992): 713-719.

_____. “The New Institutional Economics”. *The American Economic Review*, 88, 2 (1998): 72-74.

- COLANDER, D. “The Death of Neoclassical Economics”. *Journal of the History Thought*. V. 22, n. 2, 2000.
- COLANDER, D; Rick Holt and Barkley Rosser Jr. “The changing face of mainstream economics”, *Review of Political Economy*, 16, 4 (2004): 485-499.
- COMMONS, J. “Institutional Economics”. *American Economic Review*, 21 (1931): 648-657.
- _____. *Institutional Economics: Its Place in Political Economy*. New Jersey: Transaction Publishers, 1934.
- _____. *The Economics of Collective Action*. New York: Macmil, 1950.
- DESAI, M. Economia Neoclássica. In, William Outhwaite and Tom Bottmore. *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.
- DROBAK, J. e John Nye. (ed.) *The Frontiers of the New Institutional Economics*. San Diego: Academic Press, 1997.
- FURUBOTN, E. e Rudolf Richter. *Institutions and Economic Theory: the contribution of the new institutional economics*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1997.
- HAMILTON, W. . “The Institutional Approach to Economic Theory,” *American Economic Review*, 9, 1 (1919): 309-318.
- HARRIS, J, Janet Hunter and Collin Lewis. “Introduction Development and Significance of the NIE”, in, *The New Institutional Economics in Third World Development* (ed.) by John Harris, Janet Hunter, Collin Lewis, pp. 1-16, New York: Routledge, 1997.
- HODGSON, G. “What is the Essence of Institutional Economics?” *Journal of Economic Issues*, 34, 2 (2000): 317-329.
- _____. *The Evolution of Institutional Economics: agency, structure and darwinism in American institutionalism*. London: Routledge, 2004.
- KAPP, W. “The Nature and Significance of Institutional Economics”. *KYKLOS*, 29, 2 (1976): 209-232.
- LAKATOS, I. *Falsificação e Metodologia dos Programas de Investigação Científica*. Lisboa/Portugal: Biblioteca de Filosofia Contemporânea, Edições 70, 1999.
- LANGLOIS, R. “The New Institutional Economics: an Introductory Essay”, in: *Economics as a Process, Essays in the New Institutional Economics*, (ed.) by Richard Langlois, pp. 1-25, Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1986.
- LISBOA, M. “A Miséria da Crítica Heterodoxa”. Primeira Parte: método e equilíbrio na tradição neoclássica. *Revista Contemporânea de Economia*, n. 3 janeiro-junho de 1997.
- _____. “A Miséria da Crítica Heterodoxa”. Segunda Parte: método e equilíbrio na tradição neoclássica. *Revista Contemporânea de Economia*. Rio de Janeiro, n. 2, julho-dezembro de 1998.
- _____. Linguagem, Procedimentos e Pragmatismo na Tradição Neoclássica. *Estudos Econômicos*, 31, 4 (2001).
- LAWSON, T. *Economics and Reality*. London: Routledge, 1997.
- _____. “The Nature of the Heterodox Economics”, in: *Social Ontology and Modern Economics*, (ed.) by Stephen Pratten. London: Routledge, 2015.
- LANGLOIS, R. “The New Institutional Economics: an Introductory Essay”, in: *Economics as a Process, Essays in the New Institutional Economics*, edited by Richard Langlois, pp. 1-25, Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1986.

- LAZEAR, E. "Economic Imperialism". *The Quarterly Journal of Economics*, February, 115:1 (2000).
- MAYER, T. *Truth versus Precision in Economics*. Cambridge: Edward Elgar, 1993.
- MÉNARD, C. "Methodological Issues in New Institutional Economics". *Journal of Economic Methodology*. V. 8, n. 1, (2001).
- MÉNARD, C. and Mary Shirley. "Introduction", in: *Handbook of New Institutional Economics*, pp. 1-20, edited by Claude Ménard and Mary Shirley. Verlag-Berlin-Heidelberg: Springer, 2008.
- MIROWSKI, P. "Is There a Mathematical Neo Institutional Economics?" *Journal of Economic Issues*, 15, 1 (1981): 593-613.
- MOULAERT, F. "Institutional Economics and Planning Theory: a partnership between ostriches?" *Planning Theory*, Vol. 4, nº. 1, 21-32, (2005).
- NORTH, D. *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. New York: Cambridge University Press, 1990.
- _____. "Institutions and Economic Theory". *The American Economist*, 36, 1(1992): 1-3.
- POSSAS, M. A Cheia do "Mainstream": comentário sobre os rumos da ciência econômica". *Revista Contemporânea de Economia*. Rio de Janeiro, nº 1, janeiro-junho de 1998.
- PRATTEN, S. "The Nature of Transaction Cost Economics". *Journal of Economic Issues*, 31, 3 (1997), 781-804.
- ROSS, D. *The Origins of American Social Science*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- ROBBINS, L. *Um ensaio sobre a natureza e a importância da ciência econômica*. São Paulo: Editora Saraiva, 2012 [1936].
- RUTHERFORD, M. *Institutions in Economics: the old and the new institutionalism*. New York: Cambridge University Press, 1996.
- _____. "Institutionalism as 'Scientific' Economics". In: *From Classical Economics to the Theory of the Firm: essays in honour of D. P. O'Brien*, (ed.) Roger Backhouse and John Creedy. Edward Elgar: Cheltenham, 1999: 223-242.
- _____. *The Institutional Movement in American Economics, 1918-1947: Science and Social Control*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- SAYER, A. *Realism in Social Science*. London-UK: SAGE Publications, 2000.
- SAMUELS, W. "The Present State of Institutional Economics". *Cambridge Journal of Economics*. 19, 4 (1995): 569-590.
- SILBERBERG, E. *The Structure of Economics: a mathematical analysis*. McGraw-Hill. Second edition, New York, 1999.
- STANFIELD, J. "The Scope, Method and Significance of Original Institutional Economics". *Journal of Economic Issues*, 38, 3 (1999): 593-614.
- TAUHEED, L. "Proposed Methodological Synthesis of Post-Keynesian and Institutional Economics". *Journal of Economic Issues*, 45, 4 (2011): 819-838.
- _____. "A Critical Institutional Reconciliation of 'Contradictory' Institutional Institutions: Institutions and Social Provisioning". *Journal of Economic Issues*, 47, 4 (2013): 827-854.
- VEBLLEN, T. *The Theory of Business Enterprise*. New York: Charles Scribner & Sons, 1904.

_____. "Why is Economics not an Evolutionary Science?", in: *The Place of Science in Modern Civilization and Other Essays*, (ed.) by Thorstein Veblen, pp. 56-81. New York: B. W. HUEBSCH MCMXIX, 1919 [1898].

_____. "The Limitations of Marginal Utility", in: *The Place of Science in Modern Civilization and Other Essays*, pp. 231-251, (ed.) by Thorstein Veblen Brunswick-N.J.: Transaction Publishers, 1919[1909].

_____. *The Theory of Economic Leisure: an Economic Study of Institutions*. Indiana: AAKAR BOOKS, 2005 [1899].

WILLIAMSON, O. *Market and Hierarchies*. Analysis and antitrust implication. New York: The free press, 1975.

_____. *The Economic Institutions of Capitalism*. London: Collier Macmillan Publishers, 1985.

_____. "The New Institutional Economics taking stock, looking ahead". *Journal of Economic Literature*, 38, 3 (2000): 596-613.

_____. "Forewords", in: *New Institutional Economics: a Guidebook*, edited by Erik Brousseau and Jean-Michel Glachant, pp. xxiii-xxviii. Cambridge-UK: Cambridge University Press, 2008.

YONAY, Y. *The Struggle over the Soul of Economics: institutionalist and neoclassical economists in America between the Wars*. Princeton-New Jersey: Princeton University Press, 1998.